

Wallace Paiva Martins Júnior

Alexandre Alberto de Azevedo Magalhães Júnior

Beatriz Lopes de Oliveira

LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COMENTADA

2ª edição
revista, atualizada
e ampliada

2024



EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Capa e diagramação: Maitê Coelho e Cendi Coelho (cendicoelho@gmail.com)

Imagem da capa: Ibrahimov Isroil em Shutterstock

M189I Magalhães Júnior, Alexandre Alberto de Azevedo
Lei de Improbidade Administrativa Comentada / Alexandre Alberto de Azevedo
Magalhães Júnior, Beatriz Lopes de Oliveira e Wallace Paiva Martins Júnior. – 2.ed., rev.,
atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.

384 p.

Inclui Bibliografia

ISBN: 978-85-442-4836-2

1. Direito Administrativo. 2. Improbidade Administrativa. I. Magalhães Júnior, Alexandre
Alberto de Azevedo. II. Oliveira, Beatriz Lopes de. III. Martins Júnior, Wallace Paiva. IV. Título.

CDD 341.3

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

1260469

ÍNDICE (ANALÍTICO)

CAPÍTULO 1 – PROBIIDADE ADMINISTRATIVA (ART. 1º)	21
1. IMPROBIDADE.....	22
2. CAUSAS E EFEITOS DA IMPROBIDADE.....	28
3. DIREITO SUBJETIVO PÚBLICO	39
4. MORALIDADE, PROBIIDADE E IMPROBIDADE	43
5. A TUTELA DA PROBIIDADE NO DIREITO BRASILEIRO.....	53
6. BENS JURÍDICOS TUTELADOS	57
7. ESPÉCIES ENDÓGENAS E EXÓGENAS DE IMPROBIDADE.....	59
8. ELEMENTO SUBJETIVO: DOLO	60
8.1. CRIME E ATO DE IMPROBIDADE.....	66
9. INTERAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR.....	69
10. EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE POR DIVERGÊNCIA INTERPRETATIVA.....	70
CAPÍTULO 2 – SUJEITOS (ARTS. 2º A 8º)	73
11. AGENTES PÚBLICOS: CONCEITO E ESPÉCIES	73
12. AGENTES PÚBLICOS NA LEI N. 8.429	81
13. AGENTES POLÍTICOS.....	83
14. RESPONSABILIDADE DECORRENTE DE PARCERIAS <i>LATO SENSU</i>	85
15. RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS.....	86
16. RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO, SEUS DIRIGENTES E EMPREGADOS.....	88
17. EXCLUSÃO DA CONCORRÊNCIA COM A LEI N. 12.846/13	88
18. DEVER DE REPRESENTAÇÃO	92
19. LIMITE DA RESPONSABILIDADE DE PESSOAS FÍSICAS SUCESSORAS..	93
20. LIMITE DA RESPONSABILIDADE DE PESSOAS JURÍDICAS SUCESSORAS	94
CAPÍTULO 3 – ESPÉCIES (ARTS. 9º A 11).....	95

21. ESPÉCIES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	97
22. ELEMENTO SUBJETIVO: DOLO.....	97
23. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO NO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA.....	102
24. OBTENÇÃO DE VANTAGEM PATRIMONIAL INDEVIDA EM RAZÃO DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA POR AÇÃO OU OMISSÃO LEGAL OU ILEGAL.....	105
25. PERCEPÇÃO DE VANTAGEM ECONÔMICA DE QUEM TENHA POTENCIAL INTERESSE A SER SATISFEITO POR AÇÃO OU OMISSÃO DE AGENTE PÚBLICO.....	106
26. AUFERIMENTO DE VANTAGEM ECONÔMICA INDEVIDA ALIADA À CAUSAÇÃO DE PREJUÍZO AO ERÁRIO.....	110
27. APROVEITAMENTO DE BENS PÚBLICOS, DISPONIBILIZADOS AO PODER PÚBLICO, OU SOB SUA GUARDA OU TUTELA.....	112
28. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DESPROPORCIONAL.....	114
29. PREJUÍZO AO ERÁRIO.....	123
30. A EXCLUSÃO DA CULPA.....	125
31. APROVEITAMENTO DE BENS PÚBLICOS POR PARTICULARES.....	127
32. NEGÓCIOS COM VALORES SUPERFATURADOS OU SUBFATURADOS.....	129
33. ATOS GERADORES DE ÔNUS ILEGÍTIMOS.....	131
34. FRUSTRAÇÃO DA LICITUDE DE LICITAÇÃO OU PRETERIÇÃO INDEVIDA.....	132
35. ILICITUDE NA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E NA ARRECADAÇÃO.....	134
36. NORMA RESIDUAL.....	135
37. EXCEÇÃO À PERDA PATRIMONIAL EFETIVA.....	136
38. INAPLICABILIDADE DA ISENÇÃO DE RESSARCIMENTO.....	136
39. PERDA PATRIMONIAL E ATIVIDADE ECONÔMICA.....	137
40. ATENTADO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	140
41. REVELAÇÃO QUALIFICADA DE SEGREDO FUNCIONAL E DE INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA.....	143
42. NEGATIVA DE PUBLICIDADE AOS ATOS OFICIAIS.....	145
43. FRUSTRAÇÃO DO CARÁTER CONCORRENCIAL DE PROCESSO SELETIVO.....	146
44. VIOLAÇÃO DO DEVER DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	147
45. DESCUMPRIMENTO DAS NORMAS RELATIVAS À CELEBRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E APROVAÇÃO DE CONTAS DE PARCERIAS.....	148

46. NEPOTISMO.....	148
47. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL COM PROMOÇÃO PESSOAL.....	149
48. DOLO E LESIVIDADE RELEVANTE.....	150
CAPÍTULO 4 – SANÇÕES (ART. 12).....	157
49. SANÇÕES GERAIS CONTRA A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	159
50. COMUNICAÇÃO OU NÃO DE INSTÂNCIAS DIFERENTES DE RESPONSABILIDADE	161
51. SANÇÕES ESPECÍFICAS DA LEI N. 8.429/92	162
52. DIMENSÃO SUBJETIVA.....	164
53. APLICAÇÃO E DOSIMETRIA DAS SANÇÕES	165
54. RESSARCIMENTO DO DANO	170
55. PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA.....	173
56. PERDA DE BENS	177
57. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	178
58. PAGAMENTO DE MULTA CIVIL.....	179
59. PROIBIÇÃO TEMPORÁRIA DE CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO OU DE RECEBIMENTO DE BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS.....	180
60. LIMITAÇÃO MATERIAL DA PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA.....	181
61. AUMENTO DA MULTA CIVIL.....	183
62. PRESERVAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.....	184
63. LIMITAÇÃO ESPACIAL DA PROIBIÇÃO TEMPORÁRIA DE CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO E RECEBIMENTO DE BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS.....	184
64. IMPROBIDADE DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO	185
65. DEDUÇÃO DA REPARAÇÃO DO DANO DE INSTÂNCIAS DIVERSAS.....	186
66. PROIBIÇÃO DO <i>BIS IN IDEM</i>	186
67. CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS	189
68. EFICÁCIA TEMPORAL DAS SANÇÕES.....	190
69. CÔMPUTO DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE DIREITOS POLÍTICOS..	191
CAPÍTULO 5 – DECLARAÇÃO DE BENS (ART. 13).....	193
70. CONTROLE DA LEGITIMIDADE DO ENRIQUECIMENTO DE AGENTES PÚBLICOS	193
71. LEI N. 8.730/93.....	196

72. REQUISITO DE PROVIMENTO EM CARGO, FUNÇÃO OU EMPREGO PÚBLICOS.....	196
73. DECLARAÇÃO DE INTERESSES E ATIVIDADES.....	196
74. PUBLICIDADE.....	198
CAPÍTULO 6 – CONTROLE INTERNO (ARTS. 14 E 15)	201
75. CONTROLE INTERNO DA PROBIDADE.....	202
76. DIREITO DE REPRESENTAÇÃO	202
CAPÍTULO 7 – INDISPONIBILIDADE DE BENS (ART. 16)	205
77. INDISPONIBILIDADE DE BENS.....	207
78. LEGITIMIDADE ATIVA.....	209
79. FINALIDADE.....	210
80. CONCORRÊNCIA COM OUTROS PROVIMENTOS CAUTELARES.....	212
81. CONTRADITÓRIO DIFERIDO.....	212
82. REQUISITOS.....	212
83. BENS ATINGÍVEIS.....	214
84. ORDEM DE INDISPONIBILIDADE DE BENS.....	215
85. BENS DE TERCEIRO.....	216
86. PROPORCIONALIDADE.....	216
87. CONVENÇÃO PROCESSUAL.....	217
88. DIREITO INTERTEMPORAL	217
89. RESPONSABILIDADE CIVIL E IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO	218
CAPÍTULO 8 – PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 17 E 18)	219
90. PROCESSO JUDICIAL: AÇÃO CIVIL.....	223
91. LEGITIMIDADE ATIVA.....	225
92. COMPETÊNCIA.....	228
93. REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL.....	231
94. REJEIÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL.....	232
95. TUTELA PROVISÓRIA.....	233
96. CONTESTAÇÃO E DEFESAS.....	234
97. SUSPENSÃO PROCESSUAL E ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL	235
98. JULGAMENTO CONFORME O ESTADO E LITISCONSÓRCIO.....	236
99. IMODIFICABILIDADE DA PETIÇÃO INICIAL.....	237

100. CUMULAÇÃO DE PEDIDOS	239
101. PROVAS.....	240
102. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA <i>AD NUTUM</i>	242
103. INTERVENÇÃO DA PESSOA JURÍDICA INTERESSADA.....	243
104. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	244
105. CONVERSÃO DA AÇÃO	245
106. INTERROGATÓRIO	248
107. INAPLICABILIDADE DA PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL EM CASO DE REVELIA.....	250
108. NÃO INCIDÊNCIA DA INVERSÃO OU MODIFICAÇÃO DO ÔNUS DA PROVA.....	250
109. CONFLITO DE ATRIBUIÇÃO E MULTIPLICIDADE DE AÇÕES	251
110. REEXAME NECESSÁRIO.....	253
111. ATUAÇÃO DA ADVOCACIA PÚBLICA.....	253
112. DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS E AGRAVO.....	255
113. A CONSENSUALIDADE COMO NOVA FORMA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	257
114. CONSENSUALIDADE NA TUTELA DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA	259
115. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL.....	261
116. NATUREZA JURÍDICA	262
117. LEGITIMIDADE ATIVA.....	264
118. OITIVA DO ENTE LESADO	266
119. REQUISITOS PARA A CELEBRAÇÃO DO ACORDO: ADEQUAÇÃO, OPORTUNIDADE, CONVENIÊNCIA E UTILIDADE	266
120. TIPOS DE ACORDO.....	272
121. CONTEÚDO.....	278
122. OITIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS	282
123. SANÇÕES PASSÍVEIS DE ACORDO	285
124. HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO.....	290
125. DESCUMPRIMENTO DO ACORDO	294
126. SENTENÇA.....	297
127. APLICAÇÃO E DOSIMETRIA DAS SANÇÕES.....	298
127.1. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.....	303
128. ILEGALIDADE E IMPROBIDADE.....	304

129. INDIVIDUALIZAÇÃO DAS SANÇÕES.....	304
130. PROIBIÇÃO DE REEXAME NECESSÁRIO.....	305
131. VEDAÇÃO DE OUTROS PROVIMENTOS.....	306
132. DESTINAÇÃO DO PRODUTO DA CONDENAÇÃO.....	309
133. LEGITIMIDADE PARA LIQUIDAÇÃO DA CONDENAÇÃO E CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....	310
134. LEGITIMIDADE SUPERVENIENTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	310
135. DESCONTO E RESSARCIMENTO DO DANO.....	311
136. PARCELAMENTO DO DÉBITO.....	311
137. UNIFICAÇÃO DE SANÇÕES.....	314
138. TETO RESULTANTE DA UNIFICAÇÃO.....	315
CAPÍTULO 9 – DENUNCIÇÃO CALUNIOSA (ART. 19).....	317
139. DENUNCIÇÃO CALUNIOSA ESPECÍFICA.....	317
140. SANÇÕES.....	318
CAPÍTULO 10 – EFICÁCIA DA CONDENAÇÃO E AFASTAMENTO PROVISÓRIO DE AGENTE PÚBLICO (ART. 20).....	319
141. EFICÁCIA TEMPORAL DA CONDENAÇÃO.....	319
142. AFASTAMENTO PROVISÓRIO.....	320
CAPÍTULO 11 – INDEPENDÊNCIAS DE INSTÂNCIAS (ART. 21).....	323
143. INDEPENDÊNCIA DE INSTÂNCIAS.....	324
144. IRRELEVÂNCIA DE DANO PATRIMONIAL.....	324
145. DESVINCULAÇÃO DAS DECISÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	325
146. COMUNICAÇÃO DE INSTÂNCIAS JUDICIAIS.....	325
147. COMPENSAÇÃO DE SANÇÕES.....	327
CAPÍTULO 12 – INVESTIGAÇÃO (ART. 22).....	329
148. INVESTIGAÇÃO.....	329
149. INQUÉRITO CIVIL.....	332
CAPÍTULO 13 – PRESCRIÇÃO (ART. 23).....	335
150. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO SANCIONADORA.....	337
151. CAUSAS SUSPENSIVAS DA PRESCRIÇÃO.....	339
152. CAUSAS INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO.....	340
153. COMUNICABILIDADE DAS CAUSAS SUSPENSIVAS E INTERRUPTIVAS..	341

154. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE	342
155. IMPRESCRITIBILIDADE DO RESSARCIMENTO DO DANO.....	346
156. PRAZO PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL.....	346
CAPÍTULO 14 – CAPACITAÇÃO (ART. 23-A)	349
157. APRIMORAMENTO DO CONTROLE INTERNO E EXTERNO	349
CAPÍTULO 15 – DESPESAS PROCESSUAIS E SUCUMBÊNCIA (ART. 23-B)	351
158. DESPESAS PROCESSUAIS E SUCUMBÊNCIA.....	351
159. HONORÁRIOS.....	352
160. DANO PROCESSUAL.....	353
CAPÍTULO 16 – IMPROBIDADE E PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 23-C).....	355
161. EXCLUSÃO DOS ATOS ILÍCITOS ENVOLVENDO RECURSOS PÚBLICOS GERIDOS POR PARTIDOS POLÍTICOS.....	355
CAPÍTULO 17 – EFICÁCIA TEMPORAL DA LEI (ARTS. 24 E 25 E ARTS. 3º A 5º DA LEI N. 14.230/21)	357
162. CLÁUSULAS DE VIGÊNCIA E REVOGAÇÃO	357
LEI Nº 14.230, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021	359
163. LEGITIMIDADE ATIVA E REGRA DE TRANSIÇÃO.....	359
164. CLÁUSULAS DE VIGÊNCIA E REVOGAÇÃO DA LEI N. 14.230.....	361
165. A REVOGAÇÃO DOS ARTS. 4º E 5º DA LEI N. 8.429.....	361
166. A REVOGAÇÃO DOS INCISOS I E II DO ART. 11 DA LEI N. 8.429 E SEU ROL TAXATIVO: O ERRO TÁTICO	362
167. RETROATIVIDADE OU IRRETROATIVIDADE DA LEI N. 14.230.....	368
BIBLIOGRAFIA	373